

La novela histórica africana en lengua portuguesa y la crisis de la historia

O romance histórico africano em língua portuguesa e a crise da história

Rogério Max Canedo¹

Resumen

Com base fundamentalmente na conceituação teórica do romance histórico de György Lukács (2011) e nas considerações críticas de Perry Anderson (2007), elegemos como *corpus* de análise um grupo de romances históricos africanos confeccionados em língua portuguesa. Em particular, nos interessa a produção dessa forma literária em emergência entre as décadas de 1960 e 1980. Esse recorte encena uma crise institucional do antigo e despótico império colonial português. Em decorrência, os confrontos pela autonomia e independência dos países africanos se intensificam no plano material e simbólico. Em contexto mais amplo, os embates em torno da Guerra Fria serão base central para as tomadas de decisão e para as forças em disputa no continente africano. Os romances históricos escritos nesse período serão, portanto, reverberações da própria crise histórica do século XX e de seus corolários.

¹ Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás, Brasil. - max_canedo@ufg.br

La novela histórica africana en lengua portuguesa y la crisis de la historia

O romance histórico africano em língua portuguesa e a crise da história

*Ver-se-á então que há muito o mundo
sonha com uma coisa da qual basta que ela
possua a consciência para possuí-la
realmente (Lukács, 2012, p. 65)*

Para o início dessa conversa, optamos por delinear a noção de história inscrita em nossas reflexões. Chamamos a atenção para um entendimento da história como visão ampla do mundo; das ações e das causalidades que dessas ações advém e que, por sua vez, interferem imediatamente na vida dos homens e na ordem das coisas, ou seja, na maneira em que a vida passa a ser ordenada e coordenada, sempre a partir de ações humanas. Também procuramos, de antemão, ilustrar o que tratamos de urgência da história para as análises do grupo de romances africanos de língua portuguesa selecionado aqui. Entendemos essa urgência como apelo para uma compreensão de que há tomadas de decisões a nível macro que, em determinado período da vida material, no continente mencionado, irão determinar o próprio movimento das práticas humanas e de suas consequências. Mais particularmente, eventos como a Guerra Fria e a crise e declínio do Império Colonial Português condicionarão as tomadas de decisão e, sobretudo, os campos da luta armada nos cinco países africanos de língua portuguesa entre os anos de 1960 e 1980, com desdobramento igualmente traumáticos até, pelo menos, 2002, quando das Guerras Cívicas de Angola e Moçambique.

Para György Lukács, teórico húngaro marxista, entender o desenvolvimento humano como processo, ou, ainda, entendê-lo como progresso contraditório, e não como progresso apenas, é compreender um método, na esteira de Karl Marx, de conhecimento da própria sociedade e da própria história. Para tanto, a vida precisa ser captada para além dos fatos vistos e narrados de forma imediata; deve ser compreendida ultrapassando as aparências que *à priori* estão postas. Na medida em que a observação da vida se dá para

além dos fatos colocados organizadamente, de forma aparentemente natural, o exercício da consciência passa a registrar um modo mais essencial e ao mesmo tempo mais contraditório dos fatos históricos. Em síntese, o que aponta György Lukács é a importância de se perceber o caráter histórico, possível apenas pela captação realista da vida. Em *História e consciência de classe*, publicado inicialmente em 1923, Lukács alerta que para passar dos fatos (da aparência) ao seu verdadeiro sentido (a essência), “é preciso descobrir o seu condicionamento histórico como tal e abandonar o ponto de vista a partir do qual eles são dados como imediatos: é preciso submetê-los a um tratamento histórico-dialético” (Lukács, 2012, p. 74-75). Esse exercício, para o qual o teórico chama a atenção, é o método responsável e capaz de dar “o conhecimento da totalidade concreta enquanto reprodução intelectual da realidade. Essa totalidade concreta não é de modo algum dada imediatamente ao pensamento” (Lukács, 2012, p. 76), entendendo a totalidade concreta como a síntese de várias determinações, possível apenas com um exercício arguto de análise que tem por princípio romper com a imediatez da história posta, com a convocação de uma urgência da história que “só pode ser atingida, conhecida e descrita no curso de um processo complicado de mediações” (Lukács, 2012, p. 318).

Em literatura, a forma como a apreensão do sentido da história – compreendida como processo e como totalidade concreta da vida e de suas determinações – está presente na forma do romance histórico, tal como György Lukács apresentou, teoricamente, em 1936. Antes, porém, ainda sob a égide de um pensamento essencialmente hegeliano e pré-marxista, Lukács vê no gênero romance uma forma fundamentalmente problemática e paradoxal de captação da vida. É esse o gênero, se posto em oposição à grande épica, no qual “a totalidade extensiva da vida não é mais dada de modo evidente” (Lukács, 2009, p. 55) que terá por intenção a totalidade. Inicialmente, é no romance histórico de Walter Scott que o teórico húngaro vai encontrar os recursos ficcionais próprios de uma forma capaz de recuperar um sentido amplo, complexo e, por isso, mais justo da história.

Do ponto de vista da história crítica do romance histórico, e a partir do postulado teórico de Lukács, uma leva de estudiosos se dedicaram a delinear as forças centrais dessa forma na contemporaneidade. Fernando Ainsa, Antônio Roberto Esteves, Perry Anderson e Frederic Jameson vêm desenvolvendo estudos importantes que mapeiam a produção dos romances históricos mais recentes. Nomeadamente, nos estudos de Perry Anderson há um dado importante: apesar de ser uma forma que não perdeu o seu fôlego e por ser ele produzido nas mais diversas regiões do globo, destaca-se na segunda metade do século XX

uma larga produção do romance histórico em países cujas histórias fundacionais e ou histórias políticas são mais ou menos comuns entre si. São países outrora colonizados ou países que carregam as marcas de uma história em crise, fraturada pelo despotismo de forças autoritárias, que mantiveram uma política de espoliação. Trata-se de romances históricos em espaços geopolíticos mundiais específicos. Em outras palavras, trata-se da produção dessa forma literária nas periferias do mundo. Em particular, são romances que respondem a uma materialidade histórica, já que mostram uma histórica urgente de ser recuperada para ser compreendida. Para clarear a assertiva, é válido reaver a fala de Perry Anderson sobre esse tipo de narrativa de extração histórica produzida nos últimos cinquenta anos, movimento que o crítico chamará de “decolagem da forma”:

O que elas traduzem, essencialmente, é a experiência da derrota – a história do que deu errado no continente, a despeito do heroísmo, lirismo e colorido: o descarte das democracias, o esmagamento das guerrilhas, a expansão das ditaduras militares, o desaparecimento e torturas que marcam o período. Daí a centralidade de romances sobre ditadores nesse conjunto de escritos. As formas distorcidas e fantásticas de um passado alternativo, de acordo com essa leitura, seriam originadas a partir das esperanças frustradas do presente, bem como de muitas reflexões, advertências ou consolações. É difícil negar a força desse diagnóstico (Anderson, 2011, p. 218).

Desde sempre, vê-se no modelo teorizado por Lukács a importância do gênero para a captação da histórica como “um processo ininterrupto de mudanças [que] interfere diretamente na vida de cada indivíduo” (Lukács, 2011, p. 38). Em síntese, é o romance histórico que dá a ver a conexão da história, enquanto processo, enquanto construção material, com a vida do povo e, portanto, é elaboração estética e, ao mesmo tempo, necessidade histórica. Particularmente, na segunda metade do século XX, essa urgência está demarcada pelo saliente volume de romances históricos produzidos em continentes como a América do Sul e a África. Nos interessa aqui a observação de um conjunto de romances africanos de língua portuguesa que busca apresentar, esteticamente, uma história

processual em crise, que diz respeito irrestrito à vida de sociedades ali narradas, apresentando, quase sempre, via ficcionalização romanceada da vida, as narrativas factuais que subsidiaram as ações humanas, ao mesmo tempo que ficaram delegadas às bordas da historiografia oficial. Esse procedimento, facilmente aferível nos romances aqui em tela, dá voz a sujeitos historicamente silenciados, ressignificando ações outrora apagadas dos registros produzidos pelos alçózes daquele empreendimento malfadado que foi a instauração e a manutenção do Império Colonial Português e a disputa polarizada pelo poder dos territórios em eminente processo de emancipação. Nesse caso em particular, o que está nesse chão histórico, concomitantemente, são pelos menos duas crises históricas: em primeiro, a Guerra Fria, cujos tentáculos estão diretamente lançados sobre a África, impulsionando a luta e determinando o desfecho dela e o destino dos homens. Vale lembrar que os principais partidos em disputa pela independência em parte dos países africanos de língua portuguesa foram, de um lado, O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), subsidiados, em tempo, pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), via interposição cubana, inclusive com envio de armas e tropas ao continente. Do outro lado, a Unita (União Nacional para a Independência Total de Angola) e a Renamo (Resistência Nacional Moçambicana), igualmente financiadas com homens e munições pelos Estados Unidos da América, via África do Sul. Junte-se a isso a crise do Império Colonial Português e os descomedimentos da fase final do processo colonizador em terras africanas.

Nesse cenário, os romances aqui discutidos colocam em cena o próprio movimento de crise de uma história macro e de uma história particular aos povos africanos de língua portuguesa, narrada por outros sujeitos, que não aqueles pretensamente civilizadores, como estavam nomeados os invasores do estado mercantil, germe do capitalismo. Em particular, nos interessa o romance histórico africano produzido em língua portuguesa em emergência desde pelo menos a década de 1960². O mencionado recorte

² Ao longo do século XX e, sobretudo, a partir da década de 60, várias ações de luta material e de produção intelectual são promovidas nos países africanos de língua portuguesa, inicialmente em Angola, Cabo Verde e Moçambique, para depois movimentar São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Citando alguns dos momentos dessas iniciativas, vale destacar a importância da imprensa em Moçambique, desde os primeiros anos do século XX, com a fundação dos jornais *O africano* (1909), *O brado africano* (1918) e *Clamor africano* (1932), criados pelos irmãos Albasini e, todos, de teor anticolonial. Além destes, da revista *Msaho* (fundado em 1952) e o do jornal *Paralelo 20* (1957 a 1961); a fundação da revista *Claridade* (1936), em Cabo Verde; o movimento “Vamos descobrir Angola” (1948), que antecipou outros, como o “Movimento dos Novos

histórico coincide com eventos de essencial importância para a independência e a consolidação – ou a contestação dela – da autonomia das ex-colônias portuguesas nas terras subsaarianas. Trata-se de um conjunto de obras que dão a ver períodos, personalidades, episódios controversos de um momento histórico crítico de grande influência coletiva e de enorme envergadura social, econômica e política, o que demonstra como o movimento da história pode ser problematizado e reavivado pelos caminhos complexos e contraditórios da literatura.

A produção da literatura em países como Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe não está dissociada, em absoluto, de seu contexto histórico, sobretudo quando da emergência da superação, via embates materiais, do estatuto de colônia, de sociedade subjugada. As comunidades naturais desses países, cada vez mais organizadamente – e a movimentação histórica global entra nessa maneira de organizar-se – vão tomando consciência de seu poder influenciador no campo das letras e se utilizam, ainda que desafiando o poder opressor do colonizador, da produção e da divulgação, via literatura, do desejo por séculos reprimidos: serem livres. A escrita é, nessa luta, uma importante aliada.

É nesse cenário de resistência física e de resistência na produção cultural que nasce a literatura dos países africanos de língua portuguesa. Nasce, portanto, uma literatura em tempos evidentemente de crise, apontando para a urgência da compreensão de sua necessidade de ser. Rita Chaves, uma voz importante dos estudos das literaturas africanas de língua portuguesa, diz que:

Em todos os territórios colonizados por Portugal, a produção literária chamada nacional nasce sob o signo da reivindicação,

Intelectuais de Angola” (1950) e as revistas *Mensagem*, *Voz dos Naturais de Angola* (1951-1952) e *Cultura* (1957-1961); a produção do *Caderno de poesia negra de expressão portuguesa*, de Francisco José Terneiro, de São Tomé e Príncipe, lançado em Lisboa, em 1953. A todas essas manifestações no campo das letras, soma-se o esforço de uma lírica empenhadamente política do angolano Agostinho Neto; a produção do cabo-verdiano Germano Almeida; a cor da nacionalidade são-tomense na escrita de Francisco da Costa Alegre, Alda do Espírito Santo, Tomaz Medeiros, Maria Manuela Margarido, Marcelo da Veiga, Carlos do Espírito Santo e Conceição Lima; as preocupações nacionais nos textos dos guineenses Abdulai Sila e Filinto de Barros, para reduzir drasticamente a lista (Fonseca, M. N. S; Moreira, T., 2013).

trazendo para si a função de participar no esforço de construir um espaço de discussão sobre a condição colonial. O que temos em Angola, desde meados do século XIX, é o que vamos encontrar em Moçambique a partir dos anos 30 do século XX. A prática literária surge, desse modo, mediada pelo compromisso com algo que, sem desconsiderar a dimensão estética dos textos, busca ultrapassá-la, empenhada em potencializar seu poder de intervenção (Chaves, 2005, p. 289).

Nessa chave, passamos a falar, ainda que muito brevemente, sobre uma parcela significativa do romance histórico africano de língua portuguesa. Entre as obras do angolano Artur Carlos Maurício dos Santos, o Pepetela, surge, em 1979, a primeira publicação de *A geração da Utopia*, romance que abarca um largo período da história local, que vai sendo ilustrado pela divisão dessa narrativa em quatro partes: “A casa” (1961), “A chana” (1972), “O polvo” (1982) e “O templo” (1991), reconstruindo, nessa ordem, um cenário que vai da organização dos homens angolanos, residentes em Angola e em Portugal, para fortalecer as frentes de resistência e luta contra o Império Colonial Português (1961); efetivamente a luta, em terras africanas (1972); o momento de reclusão do personagem Aníbal, em função dos resultados contraditórios da independência de Angola (1982) e, por fim, o retrato de um país que negou os projetos desenhados e sonhados por aqueles que pegaram nas armas e nas letras para conquistarem a liberdade (1991). Em síntese, é um romance que trata das lutas da independência de Angola e de suas contradições, desenhando os pormenores que motivaram os homens à construção de sua própria história, mas que, por outro lado, gerou outros desejos mais particulares que coletivos. Vale lembrar que na disputa pela ascensão do poder independente, o MPLA assume o comando do Estado e tem de enfrentar as investidas bélicas rigorosas da Unita, de orientação liberal, que ficara fora do governo e que estabelecerá um cenário massacrante de guerra que durará até 2002, quando da assinatura do acordo de paz, dando fim a um conflito interno de 27 anos, intimamente motivado pelo Ocidente e pelo Leste Europeu.

Em *A geração da Utopia* (1992), a distopia é igualmente presente e representa a maneira como as ações particulares são construídas a partir de determinações históricas

muito mais amplas. Os destinos de Angola passam aqui pela gerência (ou ingerência) de um grupo de indivíduos ligados às correntes mais latentes do liberalismo econômico mundial, com propósitos, por outro lado, muito particulares. Nesse romance, é possível compreender como o fim da polarização mundial, em 1989, determina rigorosamente os rumos políticos e econômicos do povo. A estrutura político-liberal adentra com veemência, enfraquecendo o partido socialista e estabelecendo um cenário bastante distópico aos planos intentados quando da independência do país, como reverberado, esteticamente, nesse romance histórico.

Mayombe, um dos mais celebrados romances de Pepetela, é publicado pela primeira vez em 1980, ainda que tenha sido escrito entre os anos de 1970 e 1971, quando o escritor lutava pelo MPLA. Muito brevemente, vale lembrar que se trata de uma narrativa vista por dentro do próprio movimento de luta anticolonial, intensificada entre os anos de 1964 e 1974. O romance é repleto de vozes que narram os episódios centrais da guerra contra os portugueses. Embrenhados na floresta Mayombe, as diferentes etnias se unem para derrotar um inimigo comum, o colonizador. Democraticamente cedendo a voz a cada uma das etnias ali representadas, o romance, por outro lado, não deixa de mostrar as fissuras dentro do próprio movimento de resistência. Outro romance histórico de Pepetela que abarca um longo período histórico é *Yaka*, produzido no ano de 1983 e publicado no ano seguinte. A partir da narrativa do personagem central Alexandre Semedo, o romance apresenta um importante painel sobre as decorrentes crises de Angola, em tempos coloniais. Trata-se da saga de uma família de colonos que se instala na ex-colônia nos finais do século XIX. Em *Yaka*, que é o mesmo nome da estátua que peregrina junto à família Semedo, transcorre o tempo histórico desde 1890 à vitória do MPLA e à independência efetiva do país, em 1975, portanto, quase cem anos de representação histórica. Uma particularidade desse romance histórico é a de apresentar que o embate entre colonizadores e colonizados não está circunscrito às voltas da década de 1970, como parece pressupor as chamadas “Guerras Coloniais”. A resistência, por parte dos homens da terra, nunca deixou de existir, ainda que o discurso historiográfico oficial tenha reservado a tinta quase sempre para as relações de cordialidade, duvidosamente impressas pelo colonizador. É possível verificar, nesse romance histórico, o quão a história privada da família Semedo está entrecortada pela história coletiva, pela história pública de Angola e das crises promovidas pela condição colonial; da chegada dos portugueses tentando se fixar nessas terras; pelos inúmeros conflitos que se dão entre os colonizados e os

colonizadores. Toda a trama, pública ou privada, privilegia, nas mãos do narrador de Pepetela, a voz dos outrora silenciados, potencializando a capacidade que tem esse romance histórico de trazer à luz uma versão problematizada da vida dos angolanos, dando condições ao leitor para o exercício de consciência da história como processo, como produto da ação humana.

A produção angolana de romances históricos ainda conta com uma obra fundamental de Luandino Vieira, *Nós, os do Makulusu*, publicada em 1974. Assim como Pepetela, Luandino Vieira combateu pelo MPLA, inclusive sendo detido por oito anos no Campo de Concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, depois de condenado por dezesseis anos de prisão, sob a alcunha de terrorista, atribuída pelos tribunais dos colonizadores. É no cárcere, inclusive, que Luandino produzirá boa parte de sua obra. Esse romance, em particular, preserva uma forte marca documental que mantém viva, por vias da criação ficcional, uma luta persistente entre a barbárie social e contra o esquecimento. Trata-se de um romance histórico tecido de memórias em que, a partir da morte do personagem irmão mais novo, ou Maninho, outro personagem, nominado Mais Velho, relembra os embates entre o espaço colonial português e a sua manutenção em Angola, sempre desajustada e injustificada. Encena-se aí também um embate subjetivo, particular: o sentimento de pertença desse narrador-personagem à terra onde sempre viveu em África, mesmo sendo um descendente português. O que está em pauta é o universo colonial, suas decorrentes crises e suas contradições, não expostas no discurso historiográfico oficial. Segundo Rita Chaves, “militância e arte são, ali, os dois polos de um gesto que se que vai desdobrando a cada linha de seu texto” (Chaves, 1991, p. 03). É, como diz Walter Benjamin, um “escovar a história a contrapelo” (1994, p. 225).

O vendedor de passados, romance histórico de José Eduardo Agualusa, publicado em 2004, constrói uma narrativa que reflete ficcionalmente o presente angolano alicerçado, entretanto, nos resultados de um passado cujas lutas de libertação do jugo colonizador foram a principal nota para a construção de uma identidade nacional do presente, todavia inconclusa e contraditória. Nesse romance, a presentificação do passado possibilita a Felix Ventura – personagem ficcional na Angola destroçada pela guerra, mas independente pela luta – a construção, via invenção, do passado de sujeitos sem passado. O que está em xeque nessa narrativa ficcional de extração histórica é o passado sobre o qual se deve construir a memória, sobretudo a memória dos homens que pretendem a escalada política nos novos modos de governo de um país recém independente. Paradoxalmente, o passado é

forjado na medida dos interesses do presente, já que os sujeitos e o próprio país, entre possibilidade e realidade material, exigem uma história pretérita que preencha as lacunas de um grupo social que, apenas agora, parece ter a liberdade de contar a própria história.

Em Mia Couto, *Terra Sonâmbula* (1992) e *O outro pé da sereia* (2006) colocam Moçambique sob a representação de dois tempos distintos, mas complementares da história de guerra, de libertação e de guerra novamente. No primeiro romance, os personagens Tuahir e Muindinga peregrinam sobre uma terra destroçada pelos movimentos de guerrilha pós-independência. É uma saga entre a fantasia e a realidade que tem por objetivo o quase nada, o lugar da não-esperança e da não-chegada de um país imerso em uma grave crise histórica, decorrente dos anos em que, em bases gerais, a Renamo, de orientação liberal-capitalista, buscou derrubar o governo socialista da FRELIMO. O fim desse trágico embate se dá apenas em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz, dando fim à Guerra Civil Moçambicana ou, como comumente conhecida, à Guerra dos Dezasseis Anos. Tal como a Guerra Civil Angolana, os conflitos entre 1977 e 1992 em Moçambique são considerados guerras secundárias dentro de um contexto maior da Guerra Fria, em função das forças oponentes em disputa e de seus ideários igualmente divergentes, como mostramos anteriormente. Já no romance de 2006, dois tempos históricos se mesclam para dar lugar a uma interpretação marcante do presente moçambicano, a saber, 1560 e 2002. Narrado predominantemente em terceira pessoa, os dois tempos históricos se mesclam, ação motivada pela busca de um passado remoto que cai nas mãos dos personagens Zero Madzero e Mwadia, sua esposa. Entre a magia do passado, reverberada na imagem da santa/sereia de uma perna só, e o presente articulado pelos sujeitos para benefícios particulares, a história da colonização portuguesa sobre Moçambique vai ganhando relevo, contudo, sobre outra perspectiva, mais contraditória, mais complexa e muito mais representativa dos povos locais.

Ainda em Moçambique, mais recentemente, João Paulo Borges Coelho publica *O olho de Hertzog*, (2010) romance histórico que recebe, no ano anterior, o celebrado Prêmio Leya, em Portugal. Certamente esse romance, entre os aqui elegidos, está entre as produções moçambicanas que mais nitidamente deixam ver a forma pela qual uma das mais graves crises da história mundial determinou o destino, ou parte dele, das ocupações exploratórias em Moçambique do século XX. Os influxos da Primeira Guerra Mundial alicerçam as bases das tomadas de decisão das ditas grandes potências mundiais em luta, como a Alemanha, sobre esse território africano, com tutela e aval da África do Sul. A

narrativa desse romance histórico perpassa dois tempos pretéritos que fundamentam o percurso do personagem central, Henry Miller, ou Hans Mahrenholz – a depender do tempo histórico de que se trata – em busca de unir as pontas de duas histórias, a dos anos imediatamente posterior à mencionada guerra e a do presente do jornalista João Albasini, em Moçambique. Esse personagem é um importante ativista moçambicano, empenhado nas causas anticolonialistas. No plano central das duas narrativas do romance de Borges Coelho está a busca que o protagonista faz pela pedra preciosa batizada de “O olho de Hertzog”, objeto de imensurável valor que ficara perdido nessas terras e que tem em seu rastro, além de Miller, ou Hans, outros pretensos caça-tesouros. Todavia, o que se registra nas entrelinhas desse romance histórico são as movimentações históricas mais autênticas que alicerçam o modo pelo qual a colônia portuguesa foi sendo construída, balizada pela divisão dos valores, das classes e das crenças. Estamos diante de uma história mais profunda, mais essencial e que surge nesse romance pela ação quase sempre invisível de personagens muito secundários. É nos vãos da prosa narrativa, nesse caso, que a compreensão de uma versão mais própria das relações sociais em Moçambique vai se apresentando. Ao cruzar as narrativas do passado e do presente, não muito distantes assim uma da outra, as contradições e o complexo de relações instituídas pelo regime colonizador saltam aos olhos; a presença histórica se torna avultante. Entende-se, a partir desse entrecruzamento de tempos, que a história coletiva desses povos foi forjada e moldada por interesses muito particulares no passado e parece ser assim, também, no presente de Hans e de João Albasini.

Em 1989, o caboverdiano Germano Almeida publica o romance histórico *O testamento do Sr. Napumoceno*. O personagem Napumoceno é um importante, íntegro e justo comerciante que, ao morrer, tem a sua vida descortinada pela abertura de seu testamento. Nele, propositalmente, o protagonista deixou registrado os pormenores de sua vida pessoal, em muitos pontos bastante avesso à imagem que o ancião criara ao longo de sua vida de conduta ilibada. Contudo, essa reviravolta da vida pessoal deve ser lida em estrita relação com as crises da história social, econômica e política de Cabo Verde. Nas linhas do romance histórico de Germano Almeida há uma crítica contundente aos rumos contraditórios assumidos pelo seu país nos anos antecedentes à independência do Império Português, liderados sobretudo pelo PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). Pela história particular de Napumoceno, narrada a partir da abertura de seu testamento, a história de lutas e batalhas de Cabo Verde, de seus embates históricos

e da espoliação e mutilação dos valores humanos vão se revelando, deixando, a nu, muito do que o processo de desocupação português preferiu silenciar.

Na Guiné-Bissau, em 1995, Abdulai Sila publica o seu romance histórico *A última tragédia*, produzido, entretanto, nos anos 80. Esse romance narra ficcionalmente a perturbação advinda dos conflitos, internos e externos, das guerras coloniais africanas, em especial aquelas que afetam de frente a vida dos guineenses. Essa representação acontece porque o narrador volta aos anos anteriores à independência de seu país. As tragédias se sucedem, sempre na busca por uma liberdade cerceada em todos os sentidos pelo colonizador. Todavia, ainda que o cenário seja de imposição despótica da forma, há sempre insurgentes representados, aqui, sobretudo pela figura da protagonista Ndani, que ao pedir emprego na casa de um casal português recebe outro nome, o de Maria Daniela, mais condizente com o ambiente de seu novo trabalho e mais adequado para a apresentação que a patroa faz de Ndani às amigas, quando dos cultos religiosos cristãos que Linda, ou Maria Deolinda Leitão, a portuguesa, obriga a sua guineense a participar. Trata-se de um romance de denúncia e, portanto, de um processo de consciência das imposições culturais empregadas por determinações históricas.

A partir da panorâmica apresentação de alguns romances históricos dos cinco países africanos de língua portuguesa, é possível perceber que estamos diante de narrativas de ficção que trabalham com o passado e que, dentro de uma perspectiva de compreensão da história material, das determinações históricas e de seus condicionamentos, iluminam, mais propriamente, as versões que se tem de um determinado passado, pontual, demarcado, a fim de reequacionar os sentidos que foram atribuídos por uma exposição quase unívoca das ações em torno do evento da colonização portuguesa. Ao mesmo tempo, alicerçam essas narrativas pelo menos dois grandes eventos críticos da história, uma macro e outro mais particular, ainda que intimamente atrelado ao primeiro: surgem no chão histórico desses romances os resultados diretos da Guerra Fria, que irão determinar o *modus operandi* das constantes lutas internas de cada um dos países africanos de língua portuguesa. Essas lutas, por sua vez, são consequência de outro estado histórico eminentemente questionável, o despotismo do antigo Império Colonial Português, já em ruínas na segunda metade do século XX; malfadado, corruptor da cultura e dos valores locais e que, sem ser posto à prova, pelo menos subjetivamente continua a determinar os modos de pensar historicamente, mesmo após a queda desse mesmo Império. Percebe-se,

claramente, o apelo à urgência para uma compreensão profunda da história em todos esses romances históricos.

Se tivermos como base as premissas do húngaro György Lukács e, mais recentemente, do crítico inglês Perry Anderson acerca da produção do romance histórico, veremos que as produções ficcionais dos romancistas aqui apresentados são reconhecidamente romances históricos que apresentam movimentos de crise da história e sua iminente interferência na vida pública e privada de comunidades inteiras. Chamamos a atenção para um ponto importante: nesses romances, reitero, uma pequena seleção de tantos outros produzidos na África de língua portuguesa, não se trata de um recontar a história pretérita apenas como mais um modo de registro. O que os aproxima, para além dos marcos históricos, é o fato de fazerem das circunstâncias memoráveis da vida humana uma possibilidade de questionamento, uma indagação e um conseqüente reequacionamento da matéria recobrada. Tanto é assim que um dos aspectos mais importantes na experiência de leitura desses romances diz respeito à percepção de mundo oferecida neles, que não se restringe apenas ao episódio instituído no passado. Um dos pontos fortes desses romances é a maneira pela qual, ao fazer surgir versões questionadoras do passado, o presente passa a ser novamente esquadrihado. Nesse sentido, como defende György Lukács, é que “a questão decisiva do desenvolvimento do romance histórico de nossos tempos é a restauração dos nexos” (2011, p. 415).

No caso dos romances elegidos para esse breve estudo, explorados aqui apenas suscintamente, a reverberação do passado é capaz de trazer à tona uma reavaliação acerca dos meandros do processo colonizador português e do recente significado desse marco histórico para a compreensão da história contemporânea dos países aqui ilustrados, alertando, assim, para a urgência da história que está conclamada, nos países africanos de língua portuguesa, desde há pelo menos a metade do século passado, via romance, via romance histórico. Seja qual for o veículo, o modo pelo qual as negligências da vida humana podem tentar ser pelo menos minoradas, passa pela consciência que cada um de nós precisa ter sobre o processo contraditório da vida, da história. Por esse turno, o romance histórico, tal qual teorizado por Lukács e sustentado por Perry Anderson, certamente são fundamentais nesse processo.

Referências bibliográficas

Agualusa, José Eduardo 2005 (2004). *O vendedor de passados* (Rio de Janeiro: Gryphus).

Almeida, Germano 1996 (1989). *O testamento do Sr. Napumoceno* (São Paulo: Companhia das Letras)

Benjamin, Walter 1994 (1985). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. (São Paulo: Brasiliense).

Chaves, Rita 1991. “Nós, os do Makulusu: memória e liberdade na ficção angolana” em Vieira, Luandino. *Nós, os do Makulusu* (São Paulo: Ática).

Chaves, Rita 2005. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários* (Cotia, SP: Ateliê Editorial).

Coelho, João Paulo Borges 2010. *O olho de Hertzog* (Portugal: LeYa).

Couto, Mia 2006. *O outro pé da seria* (São Paulo: Companhia das Letras).

Couto, Mia 2007 (1992) *Terra sonâmbula* (São Paulo: Companhia das Letras).

Fonseca, Maria Nazareth Soares; Moreira, Terezinha Taborda 2007. “Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa”. *Cadernos CESPUC de Pesquisa*. (Belo Horizonte/Brasil) Série Ensaio, n. 16: Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, set, p. 13-63.

Lukács, Georg 2009 (1916). *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Tradutor: José Marcos Mariano de Macedo. (São Paulo: Duas Cidades; Editora 34).

Lukács, Györg 2011 (1936). *O romance histórico*. Tradução: Rubens Enderle (São Paulo: Boitempo)

Lukács, Georg 2012 (1923). *História e Consciência de Classe: estudo sobre a dialética marxista*. Tradução: Rodnei Nascimento (São Paulo: Editora WMF Martins Fontes).

Mignolo, Walter 2001 (1993). “Lógica das diferenças e política das semelhanças: da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa” em Chiappini, Lígia; Aguiar, Flávio Wolf De (Orgs.). *Literatura e história na América Latina*. Trad. Joyce Rodrigues Ferraz (espanhol); Ivone Daré Rabello e Sandra Vasconcelos (francês). (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo).

Pepetela 1984. *Yaka* (São Paulo: Ática).

Pepetela 2013 (1992). *A geração da utopia* (São Paulo: LeYa).

Pepetela 2013 (1980). *Mayombe* (Rio de Janeiro: LeYa).

Sila, Abdulai 2011 (1995). *A última tragédia* (Rio de Janeiro: Pallas).

VIEIRA, Luandino 1991 (1974). *Nós, os do Makulusu* (São Paulo: Ática).

Notas sobre o texto e sobre o autor

* Este estudo está atrelado ao projeto de pesquisa *Literatura, história e formação social nas literaturas de língua portuguesa*, desenvolvido na Universidade Federal de Goiás, e aos Grupos de Pesquisa *Literatura e Modernidade Periférica* e *Mayombe: Literatura, História e Sociedade*, ambos da Universidade de Brasília, filiados ao CNPq.

** Rogério Canedo é professor de *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa e Ensino de Literaturas* na Universidade Federal de Goiás. E-mail: max_canedo@ufg.br